

Uma economia política da grande crise capitalista (2007-2017). Ascensão e ocaso do neoliberalismo

ALOISIO SÉRGIO BARROSO

São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois; Edufal, 2021. 284p.

Maryse Farhi*

No livro oriundo da tese de doutorado defendida em 2019 no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Aloisio Barroso discute a evolução do modo de produção capitalista no início do século XXI. Com este fim, ele expõe os meandros financeiros na origem da crise econômica e financeira de 2007-2008, iniciada no segmento de crédito hipotecário americano, e seus prolongamentos até 2017. Em um anexo, a obra traz uma interpretação da pandemia de Covid-19 iniciada em 2020.

O autor aborda a questão sobretudo por meio dos conceitos da economia política marxista, mas inclui também desenvolvimentos teóricos de autores como Hobson, Schumpeter, Kalecki, Keynes, Minsky. Essas diversas abordagens apresentam um ponto em comum: todas consideram que as crises são endógenas ao modo de produção capitalista. Ao longo de todo o texto, Barroso contrapõe essas abordagens – classificadas como heterodoxas – às da escola de pensamento econômico neoclássico (ou ortodoxa), que se tornou hegemônica na passagem do século XIX para o XX. Para essa corrente, os mercados são eficientes e as crises nada mais são que interlúdios decorrentes de seus desequilíbrios passageiros. Ao longo do tempo, ela passou a incluir a defesa da não intervenção do Estado nos

* Professora do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: maryse.farhi@gmail.com

mercados, que deveriam funcionar livremente, resultando no que se convencionou chamar de neoliberalismo.

Essa crise atingiu dimensões muito superiores às antecipadas em seu início. Os erros de previsão decorreram em boa parte da má avaliação dos riscos embutidos nos opacos instrumentos financeiros então recém-criados. Esses mecanismos lastreados em crédito imobiliário multiplicaram os prejuízos por um fator imprevisível. A subestimação de sua dimensão potencializou as reações negativas dos agentes a cada momento de seu desenrolar. A globalização financeira (configuração contemporânea do sistema financeiro capitalista) espalhou rapidamente seus efeitos às esferas financeiras e produtivas das economias desenvolvidas, com profundos reflexos nas demais economias.

Barroso qualifica como “sistêmica” a crise de 2007-2008 – a mais severa das crises econômica e financeiras registradas no período posterior à Segunda Guerra Mundial. A utilização desse conceito aponta para a principal característica dessa crise. O acompanhamento de seus impactos ao longo da década seguinte e a inserção no livro de um apêndice sobre a pandemia de Covid-19 iniciada em 2020 ilustram sua visão acerca da gravidade da recente situação macroeconômica.

As cíclicas expansões e contrações da economia capitalista são insuficientes para explicar uma crise sistêmica que acontece por sucessão de eventos sobrepostos que provocam reações em cadeia de consideráveis efeitos negativos em todo o sistema. Nela, as disfunções do setor financeiro têm impacto no conjunto da economia. Essas reações são racionais, embora seus resultados sejam negativos para a economia como um todo. Assim, por exemplo, quando existe o risco de falência de um banco, é lógico que todos aqueles que depositaram dinheiro naquele banco corram para retirá-lo. Na verdade, se ocorrer a falência, o banco não será capaz de honrar todas as suas dívidas. A regra “primeiro a chegar, primeiro a ser servido” será aplicada até que o pagamento seja suspenso. A reação racional de pânico tem o efeito de precipitar a falência. Em tais circunstâncias, o funcionamento do mercado não tende para o equilíbrio, mas sim para a catástrofe.

Desde a década de 1940, as autoridades monetárias e os agentes financeiros sabem lidar com as frequentes e conhecidas crises cíclicas do capitalismo. Mas o receituário habitual para lidar com tais crises cíclicas mostrou-se amplamente insuficiente para promover a recuperação da economia. Aos poucos os instrumentos de políticas públicas já conhecidos revelaram-se inócuos dada a extensão e a profundidade da crise iniciada no segmento de crédito imobiliário de alto risco dos EUA. Tornou-se evidente que novas políticas eram necessárias. Segundo os autores analisados por Barroso, isso se deveu ao fato que essa crise não configurou uma recessão comum ou cíclica, mas sim uma depressão.

Até então impensável na lógica do pensamento neoliberal que imperava, acabou por impor-se a ideia de que naquela situação só uma maciça intervenção pública, injetando liquidez nos bancos, poderia evitar uma interrupção dos sistemas de pagamento com um desfecho traumático. Essa inédita forma de intervenção

logrou, a custos elevadíssimos, alcançar uma recuperação econômica medíocre além de revelar-se de difícil reversão. Uma extensa revisão bibliográfica leva Barroso a concluir que a crise do neoliberalismo resulta de décadas de concentração da renda e da riqueza, de instabilidade financeira, de desprezo e descaso da elite globalizada pelo cidadão médio. Nesse contexto, os curtos períodos de ascensão são cada vez mais limitados a certas regiões do planeta, menores em sua duração e, o que é mais grave, são promovidos às custas da destruição econômica e social de outras regiões e do meio ambiente.

Ao incluir no livro um anexo intitulado “o vendaval de 2020” sobre a pandemia da Covid-19, Barroso explicita que essa emergência sanitária veio estrangular as possibilidades que porventura restavam de recuperação econômica mundial, sublinhando a existência de uma continuidade que vem desde a crise de 2007-2008. Para ele, as repercussões econômicas da rápida difusão da Covid-19 sobrepuseram-se a um quadro econômico já em deterioração a partir da imposição de restrições comerciais com a China por Donald Trump. Com efeito, a pandemia provocou a ruptura das cadeias produtivas e desnudou os impactos negativos da acentuada transferência da base do setor industrial à Ásia.

As políticas públicas adotadas para atenuar o impacto da crise sanitária foram, em parte, as mesmas adotadas para tentar atenuar os efeitos da crise financeira de 2007-2008. Novamente, os bancos centrais forneceram ampla liquidez às instituições bancárias. Mas isso não se revelou suficiente diante da profundidade dessa crise. Os estados tiveram de implantar extensos programas de estímulo fiscal para enfrentar os maciços impactos da pandemia no nível de atividade, emprego e renda. Os formatos desses programas variaram muito, indo de transferência direta de renda – seja ao conjunto da população, seja aos mais necessitados – até distintas medidas de apoio às empresas.

Para o autor, as características e a dinâmica da crise mundial traduzem dificuldades estruturais enfrentadas pelo capital para relançar um novo ciclo prolongado de crescimento. A qualificação da crise como sistêmica indica que a fase denominada de neoliberalismo está sendo superada para dar lugar a uma nova fase. Em outras palavras, por mais grave que seja essa emergência financeira mundial, ela não é a crise terminal do capitalismo, embora assinala que a nova fase do capitalismo está em vias de se concretizar.

Novas fases do capitalismo surgem na sequência de profundas crises. Elas se seguem numa ordem lógica ditada pelo desenvolvimento das forças produtivas. Mas sua configuração específica pode variar muito em função de fatores históricos e/ou políticos. Assim, é temerário tentar definir as características da fase em gestação. Por mais que fosse tentador, o autor evita avançar nessa direção, mantendo ao longo do livro uma perspectiva analítica e científica.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

O retorno de Engels

John Bellamy Foster

Althusser e o materialismo do encontro

Cesar Mangolin

Marx e o colonialismo

Flávio Miranda

Classes e movimentos sociais

Eliel Machado

Classe média e corrupção

Sávio Cavalcante

Dossiê Marxismo e relações internacionais

46